



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 2, art. 5, p. 91-117, fev. 2026

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.2.5>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



Conformidade das Retenções Previdenciárias Sobre Serviços em uma Empresa de Minas Gerais

Compliance of Social Security Withholdings on Services in a Company in Minas Gerais

Rodrigo Ferraz de Almeida

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Fucape-RJ

Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: almeidaFerraz@hotmail.com

Lucas Fernando da Silva

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: rodrigo.ferraz@ufjf.br

Endereço: Rodrigo Ferraz de Almeida

Universidade Federal de Juiz de Fora Campus
Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São
Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900. Brasil.

Endereço: Lucas Fernando da Silva

Universidade Federal de Juiz de Fora Campus
Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São
Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900. Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 18/12/2025. Última versão
recebida em 06/01/2026. Aprovado em 07/01/2026.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

A presente pesquisa analisou a importância dos controles internos na mitigação de infrações fiscais, com ênfase na retenção e recolhimento de tributos incidentes sobre serviços tomados. O estudo abordou a relação entre a ausência de mecanismos de controle e a incidência de penalidades fiscais, bem como os impactos da implementação de melhorias estruturais no processo de conferência das obrigações tributárias. A metodologia adotada combinou revisão bibliográfica e estudo de caso, permitindo a análise detalhada do Auto de Infração ocorrido na empresa investigada. Os resultados demonstraram que a ausência de um sistema robusto de *compliance* fiscal foi determinante para o descumprimento das exigências tributárias, evidenciado pela falta de um fluxo organizado de conferência e pelo desconhecimento técnico dos responsáveis pela retenção de tributos. A implementação de controles internos eficazes reduz a exposição a autuações, melhora a eficiência operacional e fortalece a reputação corporativa, sendo um diferencial competitivo em um cenário regulatório complexo.

Palavras-chave: Controles Internos. *Compliance* Tributário. Retenção de Tributos.

ABSTRACT

This research analyzed the importance of internal controls in mitigating tax infractions, with an emphasis on the withholding and collection of taxes levied on services received. The study addressed the relationship between the absence of control mechanisms and the incidence of tax penalties, as well as the impacts of implementing structural improvements in the process of verifying tax obligations. The methodology adopted combined a literature review and a case study, allowing for a detailed analysis of the Notice of Infraction issued to the investigated company. The results demonstrated that the absence of a robust tax compliance system was decisive for the non-compliance with tax requirements, evidenced by the lack of an organized verification flow and the lack of technical knowledge of those responsible for withholding taxes. The implementation of effective internal controls reduces exposure to audits, improves operational efficiency, and strengthens corporate reputation, representing a competitive advantage in a complex regulatory environment.

Keywords: Internal Controls. Tax Compliance. Tax Withholding.

1 INTRODUÇÃO

No cenário contábil e fiscal brasileiro, as contribuições sociais previdenciárias desempenham um papel fundamental para o financiamento da seguridade social, garantindo a proteção social dos trabalhadores. A legislação tributária impõe uma série de obrigações às empresas, entre elas a retenção na fonte de determinados tributos e contribuições sobre os serviços tomados, devidamente registrados em Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas (NFSe). A correta conferência dessas notas fiscais, com foco nas retenções obrigatórias, é fundamental para evitar autuações fiscais, penalidades financeiras e prejuízos à reputação das empresas. Segundo Oliveira (2022), a falta de controles eficazes na retenção de tributos pode resultar em inconsistências fiscais e exposição a sanções, reforçando a necessidade de uma gestão tributária estruturada.

Este trabalho tem como foco o estudo de caso de uma empresa de mineração e construção localizada na zona da mata de Minas Gerais, que foi autuada por órgãos fiscais devido à falha na retenção das contribuições sociais previdenciárias em suas notas fiscais de serviço tomados. Tal situação evidencia a importância de mecanismos eficazes de controle interno e auditoria fiscal na gestão empresarial, assim como a necessidade de um entendimento aprofundado da legislação tributária aplicável.

Tem-se então a seguinte questão de pesquisa: Quais foram as inconformidades nos procedimentos de conferência de notas fiscais de serviço que levaram à autuação da empresa por desconconsideração da retenção das contribuições sociais previdenciárias do período de 11/2003 a 12/2006?

A hipótese é que a autuação da empresa se deve à ausência de um sistema de controle interno eficaz e à falta de conhecimento ou interpretação inadequada da legislação tributária relacionada à retenção na fonte.

O objetivo geral da pesquisa é analisar quais foram as inconformidades nos procedimentos de conferência da retenção nas Notas Fiscais de Serviço (NFSe) sobre as contribuições sociais previdenciárias em uma empresa.

Para tanto, os objetivos específicos são: examinar a legislação tributária relacionada à retenção na fonte de contribuições sociais previdenciárias em serviços tomados; avaliar os procedimentos atuais de controle interno e auditoria fiscal da empresa em relação à conferência de notas fiscais de serviço com retenções; propor melhorias nos processos de conferência de NFSe para garantir a conformidade com a legislação vigente e evitar futuras autuações.

A pesquisa justifica-se pela relevância do tema no contexto atual das ciências contábeis, onde a conformidade fiscal e a gestão eficiente de tributos são determinantes para a sustentabilidade e competitividade das empresas. Ao abordar um caso real de autuação fiscal, esta monografia contribui para a compreensão dos desafios enfrentados pelas empresas na gestão de suas obrigações tributárias e previdenciárias.

Além disso, a análise proposta pretende fornecer subsídios para a melhoria das práticas de controle interno e auditoria fiscal, aspectos fundamentais para a segurança e transparência contábil. Assim, o estudo reforça a importância do profissional contábil na prevenção de riscos fiscais e na promoção da regularidade tributária das organizações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 NFSe de serviço com retenções

A emissão de Notas Fiscais de Serviço (NFSe) com retenções é uma prática comum em diversas empresas, especialmente naquelas que contratam serviços de terceiros. Essas retenções têm como objetivo garantir o cumprimento das obrigações fiscais e previdenciárias tanto do prestador, quanto do tomador de serviços. No entanto, essa prática não está isenta de desafios e implicações que impactam diretamente a gestão tributária das empresas (MOTA, 2011).

Primeiramente, é fundamental compreender que a obrigatoriedade de retenção de impostos para empresas do Lucro Real e Lucro Presumido é uma medida estabelecida pela legislação tributária brasileira com o intuito de assegurar a arrecadação dos tributos devidos ao Estado. Independentemente do setor em que atuam, empresas sob esses regimes são legalmente obrigadas a efetuar a retenção de impostos sobre pagamentos a terceiros, como prestadores de serviços (YOUNG, 2010).

Por outro lado, o mesmo não se aplica às empresas optantes pelo Simples Nacional, Microempresas (ME) e Microempreendedores Individuais (MEI), que, em geral, estão isentos da obrigação de realizar retenções de impostos, exceto em relação ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o qual deve ser retido independentemente do regime tributário. Essa diferenciação decorre da própria natureza simplificada do regime do Simples Nacional, que visa facilitar o cumprimento das obrigações fiscais para empresas de menor porte (FARIA, 2012).

A retenção de impostos na Nota Fiscal de Serviço (NFS-e) é de fato uma prática que varia de acordo com o tipo de serviço prestado e a legislação municipal vigente. No entanto, há alguns impostos comuns que são frequentemente retidos nas NFS-e em todo o país (OLIVEIRA, 2022).

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incide sobre pagamentos de serviços tomados por pessoas jurídicas e tem alíquotas que variam de 1% a 1,5%, dependendo da natureza da prestação de serviço. Essa retenção tem como objetivo antecipar o pagamento do Imposto de Renda devido pelo prestador de serviço (OLIVEIRA, 2022).

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é um tributo federal que incide sobre o lucro líquido das empresas e tem uma alíquota fixa de 1%. A retenção da CSLL na NFS-e visa contribuir para o financiamento de políticas sociais e programas governamentais (NASCIMENTO, 2023).

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) são contribuições sociais federais que incidem sobre o faturamento das empresas. As alíquotas desses tributos são de 3,65% no total (1,65% de COFINS e 0,65% de PIS) e são retidas na NFS-e como forma de antecipar o pagamento dessas contribuições pelo prestador de serviço (NASCIMENTO, 2023).

A Contribuição Previdenciária é um tributo destinado ao financiamento da Previdência Social e incide sobre os pagamentos de serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas. A alíquota de retenção do INSS na NFS-e é de 11%, e essa contribuição é essencial para garantir a segurança social dos trabalhadores (NASCIMENTO, 2023).

Ademais, é importante ressaltar que o percentual de recolhimento dos impostos retidos varia conforme a atividade da empresa e cada tributo específico. Por exemplo, no caso do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), as alíquotas podem variar de acordo com o tipo de serviço prestado e a situação tributária do prestador, sendo essencial que as empresas estejam atentas a essas variações para calcular corretamente o valor a ser retido (NASCIMENTO, 2023).

Além disso, os tributos retidos possuem prazos, guias e momentos específicos para o recolhimento, o que demanda uma gestão tributária eficiente por parte das empresas. O não cumprimento dessas obrigações dentro dos prazos estabelecidos pode acarretar em multas e penalidades por parte dos órgãos fiscalizadores, impactando negativamente a saúde financeira e a reputação da empresa (NASCIMENTO, 2023).

É importante destacar que a emissão de NFSe com retenções exige um conhecimento da legislação tributária e previdenciária aplicável. As empresas precisam estar cientes das alíquotas de retenção aplicáveis, das situações em que a retenção é obrigatória e das obrigações acessórias relacionadas à emissão dessas notas fiscais. A falta de compreensão adequada dessas regras pode levar a erros na emissão das NFSe e resultar em autuações fiscais e prejuízos financeiros para as empresas (YOUNG, 2010).

Além disso, a emissão de NFSe com retenções pode gerar uma carga adicional de trabalho administrativo para as empresas. Isso porque é necessário calcular corretamente o valor a ser retido, emitir as notas fiscais com as informações necessárias e realizar o devido recolhimento dos tributos retidos nos prazos estabelecidos pela legislação. Esse processo pode ser especialmente desafiador para empresas que lidam com um grande volume de transações e prestadores de serviços, aumentando o risco de erros e atrasos no cumprimento das obrigações tributárias (FARIA, 2012).

Outro desafio importante relacionado à emissão de NFSe com retenções é a necessidade de integração entre os sistemas de gestão tributária e os sistemas de emissão de notas fiscais eletrônicas. As empresas precisam garantir que as informações relacionadas às retenções sejam corretamente registradas nos sistemas internos e transmitidas de forma precisa para os sistemas de emissão de NFSe. A falta de integração adequada entre esses sistemas pode resultar em discrepâncias nos registros contábeis e fiscais, dificultando o controle e a gestão tributária da empresa (OLIVEIRA, 2022).

A emissão de NFSe com retenções também pode ter implicações financeiras significativas para as empresas, especialmente no que diz respeito ao fluxo de caixa. O valor retido na fonte deve ser recolhido nos prazos estabelecidos pela legislação, o que pode afetar a disponibilidade de recursos financeiros da empresa para outras finalidades. Além disso, as empresas também precisam considerar o impacto das retenções na precificação dos serviços tomados e na negociação com fornecedores e clientes.

2.1 Legislação Tributária Aplicável

A legislação tributária no Brasil é um conjunto complexo e abrangente de normas, leis e regulamentos que regem a arrecadação, fiscalização e cobrança de tributos em todos os níveis governamentais. No contexto da conferência de Notas Fiscais de Serviço (NFSe) com retenções, a compreensão e aplicação adequada da legislação tributária são fundamentais para garantir a conformidade fiscal e evitar riscos de autuações e penalidades (MARTINS, 2019).

O sistema tributário brasileiro é caracterizado por sua alta carga fiscal e pela diversidade de tributos, que incluem impostos, taxas e contribuições, tanto federais, estaduais quanto municipais. Dentre os principais tributos aplicáveis à conferência de NFSe com retenções, destacam-se o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e as contribuições previdenciárias, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (MARTINS, 2019).

A Lei Complementar nº 116/2003 estabelece as regras gerais para a incidência do ISS sobre os serviços prestados, incluindo as alíquotas aplicáveis e as situações de retenção na fonte. Além disso, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 1.701/2017 disciplina as normas para a retenção do IRRF sobre pagamentos diversos, como serviços prestados por pessoas jurídicas (NASCIMENTO, 2023).

No que se refere à contribuição previdenciária, a legislação trabalhista e previdenciária estabelece as regras para a retenção e recolhimento do INSS sobre os serviços prestados por terceiros, com base na remuneração paga ou creditada. A Lei nº 8.212/1991 e a Lei nº 8.541/1992, juntamente com suas alterações posteriores, são as principais normas que regem essa matéria (RIBEIRO, 2022).

A prática de retenção do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não é uma medida arbitrária adotada pelas empresas, mas sim uma exigência legal fundamentada em uma série de leis e regulamentos. Essas normativas têm como objetivo garantir a segurança social dos trabalhadores e promover a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro (PADOVEZE; MARTINS, 2014).

Em primeiro lugar, é importante destacar que a retenção do INSS é estabelecida pela legislação previdenciária brasileira, em particular pelos artigos 31 e 35 da Lei nº 8.212/1991. Esses dispositivos legais estabelecem a obrigatoriedade da contribuição previdenciária por parte das empresas contratantes em determinados casos de contratação de serviços, especialmente quando envolvem prestadores de serviços autônomos ou pessoas jurídicas (MARTINS, 2019).

Além disso, a base legal da retenção do INSS também está presente em dispositivos como o artigo 219 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999, que detalha as regras e procedimentos relacionados à contribuição previdenciária. Este regulamento estabelece as alíquotas aplicáveis, as situações de dispensa de retenção e as obrigações acessórias das empresas contratantes (MARION, 2015).

Outro aspecto relevante é a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 971/2009, que regulamenta a retenção do INSS e estabelece as regras para sua aplicação. O artigo 112 desta instrução normativa prevê os casos em que a retenção do INSS deve ser realizada, bem como os procedimentos a serem seguidos pelas empresas para cumprir suas obrigações fiscais e previdenciárias (FABRETTI, 2017).

No entanto, a aplicação da legislação tributária no Brasil apresenta diversos desafios para as empresas, especialmente no que diz respeito à interpretação e atualização constante das normas, à complexidade das obrigações acessórias e à diversidade de regimes tributários vigentes. A falta de padronização e harmonização entre as legislações municipais, estaduais e

federais também pode gerar incertezas e dificuldades na aplicação das normas tributárias (RIBEIRO, 2022).

Ademais, a conformidade com a legislação tributária demanda um investimento significativo em recursos humanos e tecnológicos, além de um acompanhamento constante das mudanças legislativas e jurisprudenciais. A adoção de sistemas de gestão tributária integrados e a capacitação contínua dos profissionais envolvidos são essenciais para mitigar riscos e garantir a conformidade fiscal das empresas.

2.2 Retenção na Fonte e Legislação Trabalhista

A retenção na fonte de tributos, particularmente relacionada à legislação trabalhista e previdenciária, desempenha um papel crucial na gestão fiscal das empresas brasileiras. No contexto da conferência de Notas Fiscais de Serviço (NFSe) com retenções, compreender as nuances e as exigências da legislação trabalhista é essencial para garantir a conformidade fiscal e previdenciária (RIBEIRO, 2022).

A legislação trabalhista e previdenciária brasileira estabelece obrigações específicas para as empresas em relação à retenção e recolhimento de tributos incidentes sobre os serviços prestados por terceiros. Nesse sentido, a retenção na fonte abrange não apenas a retenção de imposto de renda, mas também a contribuição previdenciária, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas prestadoras de serviços (NASCIMENTO, 2023).

A retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) é regulada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 1.701/2017, que estabelece as regras e procedimentos para a retenção e o recolhimento do imposto sobre pagamentos diversos, incluindo serviços prestados por pessoas jurídicas. Essa norma define as alíquotas aplicáveis, os limites de isenção e os casos de dispensa de retenção, além de estabelecer obrigações acessórias, como a emissão de comprovantes de retenção e a entrega de declarações fiscais (NASCIMENTO, 2023).

No que diz respeito à contribuição previdenciária, a Lei nº 8.212/1991 e a Lei nº 8.541/1992, juntamente com suas alterações posteriores, estabelecem as regras para a retenção e recolhimento do INSS sobre os serviços prestados por terceiros. Essas normas determinam a base de cálculo da contribuição previdenciária, as alíquotas aplicáveis e as situações de dispensa ou redução da retenção, conforme previsto na legislação previdenciária.

2.3 Controle Interno e Auditoria Fiscal

O cerne do controle interno reside na capacidade da empresa de implementar políticas, procedimentos e mecanismos de monitoramento que visam assegurar a conformidade com normas, regulamentos e políticas internas, além de proteger os ativos da organização e promover a eficiência operacional. Na esfera fiscal, o controle interno desempenha um papel crucial na garantia da precisão e integridade das informações contábeis e fiscais, mitigando riscos de erros, inconsistências ou até mesmo fraudes (CARNEIRO, 2010).

A conferência de documentos fiscais de entrada, como as NFSe de serviço com retenções, demanda um controle interno robusto e bem estruturado. Nesse contexto, é essencial estabelecer procedimentos claros para a verificação e validação desses documentos, desde a recepção até o registro nos sistemas contábeis e fiscais da empresa. A segregação de funções, a reconciliação periódica de contas e a adoção de tecnologias de automação são práticas recomendadas para fortalecer o controle interno nesse processo (RIBEIRO, 2022).

Além disso, o controle interno na conferência de NFSe com retenções deve incluir mecanismos de detecção e prevenção de possíveis irregularidades, como a identificação de fornecedores não cadastrados, a análise de valores retidos e a revisão sistemática de dados para identificar padrões ou anomalias. A implementação de controles preventivos, como a validação cruzada de informações e a revisão por pares, pode contribuir significativamente para a identificação precoce de problemas e a redução de riscos (FABRETTI, 2017).

Entretanto, é importante reconhecer que o controle interno não é uma solução estática, mas sim um processo contínuo de avaliação, adaptação e aprimoramento. Diante do dinamismo do ambiente empresarial e das constantes mudanças na legislação fiscal, as empresas devem estar preparadas para atualizar e fortalecer seus controles internos de forma proativa. Isso inclui investimentos em capacitação de pessoal, adoção de tecnologias inovadoras e a manutenção de uma cultura organizacional voltada para a integridade e a conformidade (OLIVEIRA, 2015).

A auditoria fiscal representa um processo sistemático de exame e avaliação das informações contábeis e fiscais de uma organização, com o objetivo de verificar sua conformidade com as normas e regulamentos tributários aplicáveis, além de identificar possíveis irregularidades ou riscos. Na conferência de NFSe com retenções, a auditoria fiscal desempenha um papel fundamental na garantia da precisão e integridade das informações, bem como na identificação e mitigação de riscos fiscais (OLIVEIRA, 2015).

Uma abordagem estratégica para a auditoria fiscal na conferência de NFSe com retenções requer a definição de objetivos claros e a seleção adequada de procedimentos de auditoria,

levando em consideração a complexidade e o volume de transações envolvidas. Isso inclui a revisão detalhada de documentos fiscais, como NFSe, contratos de prestação de serviços e comprovantes de recolhimento de tributos, além da análise de registros contábeis e sistemas de controle interno (PADOVEZE; MARTINS, 2014).

É essencial destacar que a auditoria fiscal não se limita à verificação da conformidade com as obrigações tributárias, mas também abrange a identificação de oportunidades de otimização fiscal e a mitigação de riscos relacionados a contingências fiscais. Nesse sentido, a auditoria fiscal pode fornecer dados cruciais para a tomada de decisões estratégicas e aprimoramento dos processos internos da empresa (MARION, 2015).

No entanto, a realização de uma auditoria fiscal eficaz na conferência de NFSe com retenções enfrenta diversos desafios, como a interpretação e aplicação de legislação tributária complexa, a disponibilidade e integridade dos registros contábeis e a identificação de transações fraudulentas ou não conformes. Para superar esses desafios, as empresas devem investir em capacitação de pessoal, adoção de tecnologias de auditoria assistida por computador e colaboração estreita com profissionais especializados em tributação.

2.4 Importância da Conferência de Documentos Fiscais

A conferência de documentos fiscais de entrada, como as Notas Fiscais de Serviço (NFSe) com retenções, desempenha um papel fundamental na gestão empresarial, contribuindo para a garantia da conformidade fiscal, a transparência nas operações e a eficiência operacional. Em um cenário empresarial cada vez mais complexo e regulamentado, a conferência de documentos fiscais de entrada é essencial para assegurar a precisão e integridade das informações contábeis e fiscais, bem como para evitar riscos de autuações fiscais, penalidades e danos à reputação da empresa. A correta conferência dos documentos fiscais de entrada permite às empresas identificar e corrigir eventuais erros ou inconsistências nas informações fornecidas pelos fornecedores, garantindo a exatidão dos registros contábeis e o cumprimento das obrigações fiscais e tributárias (MOTA, 2011).

Além disso, a conferência de documentos fiscais de entrada desempenha um papel crucial na identificação e prevenção de fraudes e irregularidades, como a emissão de NFSe falsas ou a omissão de informações relevantes. Por meio de procedimentos de validação e verificação rigorosos, as empresas podem detectar e investigar potenciais irregularidades, protegendo seus ativos e a integridade de suas operações (YOUNG, 2010).

Outro aspecto importante da conferência de documentos fiscais de entrada é sua contribuição para a eficiência operacional e financeira das empresas. Ao garantir a precisão e consistência das informações contábeis e fiscais desde o início do processo, as empresas podem otimizar seus fluxos de trabalho, reduzir custos administrativos e evitar retrabalho associado a correções de registros contábeis e fiscais (FARIA, 2012).

A conferência da nota fiscal desempenha um papel crucial no controle financeiro das empresas. Por meio desse processo, é possível verificar se os valores listados na nota correspondem de fato à cobrança realizada pelo produto ou serviço. Essa verificação é essencial para evitar discrepâncias nos registros contábeis e garantir a precisão das informações financeiras da empresa, contribuindo para uma gestão financeira eficiente e transparente (OLIVEIRA, 2022).

Além disso, a conferência da nota fiscal é fundamental para garantir o *compliance* fiscal das empresas. Ao averiguar a veracidade das informações contidas na nota, é possível assegurar a correta cobrança dos impostos devidos, evitando problemas com a Receita Federal e possíveis sanções decorrentes de irregularidades fiscais. Dessa forma, a conferência da nota fiscal contribui para a conformidade da empresa com as normas e regulamentos tributários, promovendo uma atuação ética e legal no mercado (NASCIMENTO, 2023).

Outro aspecto relevante é o resguardo contra fraudes proporcionado pela conferência da nota fiscal. A aplicação de um processo rigoroso de verificação ajuda a identificar notas falsas ou duplicadas, protegendo a empresa e seus parceiros comerciais contra práticas fraudulentas. Essa medida preventiva é essencial para evitar prejuízos financeiros e danos à reputação da empresa, fortalecendo sua credibilidade e confiança no mercado (CARNEIRO, 2010).

Além disso, a conferência da nota fiscal otimiza a resolução de conflitos comerciais. Mesmo em casos de discrepâncias nas transações, uma nota fiscal devidamente conferida fornece um registro claro e confiável do acordo estabelecido entre as partes. Isso facilita a identificação e a resolução de eventuais conflitos, minimizando o impacto negativo nas relações comerciais e jurídicas da empresa (RIBEIRO, 2022).

A conferência da nota fiscal desempenha um papel fundamental no processo de auditoria das empresas. Ao fornecer dados precisos e confiáveis, a conferência da nota fiscal facilita a realização de auditorias internas e externas, permitindo avaliar a conformidade da empresa com as normas e regulamentos vigentes, identificar áreas de melhoria e mitigar riscos operacionais e financeiros (FABRETTI, 2017).

2.5 Desafios na Conferência de NFSe com Retenções

A conferência de Notas Fiscais de Serviço (NFSe) com retenções é uma atividade crucial para empresas que contratam serviços de terceiros. Embora essas retenções sejam fundamentais para garantir a conformidade fiscal e previdenciária, elas também introduzem uma série de desafios que podem impactar a eficiência operacional e a conformidade das empresas (MOTA, 2011).

Um dos principais desafios reside na complexidade da legislação tributária e previdenciária. A legislação brasileira é conhecida por sua intrincada rede de normas e regulamentos, e a interpretação correta das disposições relacionadas à retenção de impostos e contribuições previdenciárias pode ser uma tarefa árdua para as empresas. Além disso, as frequentes mudanças na legislação tributária e previdenciária exigem das empresas um esforço contínuo para se manterem atualizadas e em conformidade (YOUNG, 2010).

Outro desafio significativo é a diversidade de regimes tributários municipais. No Brasil, as regras e alíquotas de impostos podem variar consideravelmente de um município para outro, o que complica ainda mais o processo de conformidade para empresas que operam em múltiplas localidades. Adaptar-se a essas diferentes regulamentações tributárias pode ser uma tarefa complexa e consome tempo, especialmente quando os sistemas de gestão não estão integrados ou são inflexíveis (FARIA, 2012).

A variedade de serviços e fornecedores também representa um desafio na conferência de NFSe com retenções. Empresas que contratam uma ampla gama de serviços de diferentes fornecedores precisam lidar com diferentes tipos de retenção de impostos e contribuições previdenciárias, além de garantir que os documentos fiscais emitidos pelos fornecedores estejam em conformidade com as exigências legais. Isso pode ser especialmente complicado quando os fornecedores não estão devidamente informados sobre as obrigações fiscais a serem cumpridas (OLIVEIRA, 2022).

Além disso, a tecnologia e automação limitadas podem representar um obstáculo significativo na conferência de NFSe com retenções. Muitas empresas ainda dependem de processos manuais e sistemas desatualizados para realizar essa atividade, o que pode ser propenso a erros e ineficiente. Investir em tecnologias de automação pode ajudar a agilizar o processo de conferência, reduzir erros e aumentar a eficiência operacional (NASCIMENTO, 2023).

A gestão de riscos e auditoria também é um desafio importante na conferência de NFSe com retenções. As empresas precisam implementar controles internos eficazes e realizar

auditorias regulares para garantir a conformidade fiscal e previdenciária, bem como para identificar e mitigar riscos relacionados à fraude e erros contábeis. Isso requer um compromisso organizacional com a transparência e a integridade em todos os níveis da empresa (OLIVEIRA, 2022).

A conferência de NFSe com retenções apresenta uma série de desafios para as empresas, que vão desde a interpretação da legislação até a implementação de processos eficazes de conformidade e auditoria.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de um estudo investigativo, com abordagem descritiva e documental, visando analisar a retenção de contribuições sociais previdenciárias em Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas (NFSe). A metodologia adotada integrou uma análise teórica, baseada na legislação e na doutrina tributária, com a investigação empírica de um caso concreto, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos impactos práticos das normas sobre a gestão fiscal das empresas. Dessa forma, a pesquisa fundamentou-se em revisão de literatura, estudo de caso e análise documental, combinando diferentes estratégias metodológicas para garantir uma abordagem ampla e precisa sobre o tema.

A revisão de literatura teve como objetivo reunir e analisar as principais obras e artigos acadêmicos que tratam da legislação tributária, com ênfase na retenção de tributos na fonte, controle interno e auditoria fiscal. Para tanto, foram consultadas bases de dados acadêmicas, bibliotecas digitais e normativas da Receita Federal, incluindo jurisprudências e pareceres técnicos relevantes ao objeto de estudo. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a revisão de literatura é fundamental para o embasamento teórico da pesquisa, pois permite ao pesquisador conhecer e avaliar o estado da arte sobre o tema em questão. Além disso, Yin (2015) destacou que o estudo de caso é uma estratégia metodológica valiosa quando se deseja explorar um fenômeno dentro de seu contexto real, sendo particularmente útil para compreender dinâmicas complexas e identificar desafios e soluções aplicáveis à prática empresarial.

A metodologia adotada fundamentou-se na necessidade de um estudo aprofundado sobre a retenção de contribuições previdenciárias, considerando tanto a perspectiva legal quanto os desafios práticos enfrentados pelas empresas do setor. A combinação entre revisão de literatura, análise documental e estudo de caso permitiu uma abordagem holística do problema, garantindo que as conclusões obtidas fossem embasadas em evidências concretas e pudessem ser aplicadas para a melhoria dos processos internos da empresa investigada.

Os resultados da pesquisa contribuíram não apenas para o avanço do conhecimento acadêmico sobre a matéria, mas também para a orientação de profissionais da área contábil e tributária que lidam com a complexidade das normas fiscais e previdenciárias no contexto empresarial.

3.1 Caracterização do local estudado

O estudo de caso teve como foco uma empresa de Mineração e Construção Civil situada na zona da mata do Estado de Minas Gerais. A empresa desempenha um papel relevante no segmento de infraestrutura e obras públicas, atuando tanto na extração e beneficiamento de minerais quanto na execução de projetos de engenharia civil de grande porte. Sua atuação envolvia a prestação de serviços para setores estratégicos da economia, como construção de rodovias, ferrovias e edificações industriais, o que exigia uma estrutura organizacional robusta e um alto nível de conformidade regulatória, especialmente no que se referia às obrigações tributárias.

A unidade responsável pelo atendimento fiscal da empresa era a Delegacia da Receita Federal em Juiz de Fora (DRF-JFA), órgão que realizou fiscalizações sobre a retenção de tributos previdenciários incidentes sobre as NFSe emitidas pela empresa. Devido à complexidade dos contratos firmados, a gestão fiscal da organização demandava um rigoroso controle interno para garantir o correto recolhimento e a retenção na fonte das contribuições previdenciárias, evitando autuações e penalidades decorrentes de eventuais inconformidades. Nesse contexto, a pesquisa se propôs a examinar os procedimentos internos adotados pela empresa para o cumprimento dessas obrigações tributárias, analisando os desafios operacionais, as dificuldades de interpretação da legislação e os impactos financeiros das exigências fiscais.

3.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio da análise detalhada de documentos fiscais e demonstrativos financeiros, que evidenciaram os processos adotados para a retenção previdenciária nas NFSe. Foram estudados também relatórios de auditoria e pareceres contábeis que forneceram informações relevantes sobre a conformidade fiscal da empresa. Além disso, a pesquisa contou com a observação direta dos procedimentos internos adotados pela organização, incluindo as práticas de conferência das notas fiscais, o cumprimento das normativas tributárias e a interação com os órgãos fiscalizadores. A abordagem descritiva foi enriquecida por meio de uma entrevista aberta, sem um roteiro pré-definido de perguntas, realizada com a contadora da

empresa. Essa entrevista permitiu uma compreensão mais aprofundada sobre os desafios enfrentados no dia a dia da gestão tributária, fornecendo *insights* valiosos sobre as dificuldades operacionais e as práticas adotadas na conferência das retenções fiscais.

A análise documental foi conduzida a partir de fontes primárias e secundárias, incluindo autos de infração, decisões administrativas e normativas expedidas pelos órgãos de fiscalização tributária. Foram examinados documentos como as Guias da Previdência Social (GPS), demonstrativos de retenção e demais registros contábeis que evidenciaram as práticas da empresa em relação ao cumprimento das obrigações previdenciárias. Essa etapa da pesquisa permitiu identificar eventuais falhas nos processos internos, bem como verificar a consistência das práticas adotadas com as exigências da legislação vigente.

O tratamento dos dados foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, que permitiu correlacionar os achados documentais com as normas e princípios jurídicos aplicáveis ao caso estudado. A interpretação das informações coletadas foi feita com base na legislação tributária, doutrina especializada e jurisprudência consolidada, possibilitando uma avaliação crítica dos procedimentos adotados pela empresa e dos riscos fiscais decorrentes de eventuais inadequações na retenção de tributos. A metodologia empregada visou construir um diagnóstico preciso sobre a retenção de contribuições previdenciárias em NFSe, contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos internos da empresa e para a mitigação de riscos fiscais.

3.3 Análise dos resultados

Ao longo do estudo, foram analisadas as implicações da retenção tributária para a gestão financeira da empresa, verificando os impactos da carga tributária sobre o fluxo de caixa e a rentabilidade das operações. Além disso, foram discutidas as estratégias que poderiam ser adotadas para melhorar a governança fiscal da organização, assegurando maior segurança jurídica e eficiência na gestão tributária. A pesquisa, dessa forma, não apenas identificou os desafios enfrentados empresa, mas também contribuiu com recomendações práticas que auxiliaram na adequação de seus processos internos às exigências fiscais, minimizando o risco de autuações e penalidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos documentos, foi identificado um crédito fiscal com as penalidades cabíveis no valor de R\$ 1.049.602,59. A empresa, diante disso, apresentou tempestivamente sua impugnação contra a autuação fiscal (Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD),

argumentando a ilegalidade do lançamento do crédito tributário. Foram apresentados fatos relacionados à atividade exercida pelas pessoas envolvidas na operação, os quais indicavam que não seria caso de retenção nem de incidência tributária, como, por exemplo, a locação. Segundo Lopes (2014), a correta identificação do fato gerador da obrigação tributária é essencial para evitar autuações indevidas e onerar desnecessariamente os contribuintes.

Além disso, a empresa apontou que caberia ao agente fiscal verificar se a obrigação tributária foi recolhida pelas empresas prestadoras de serviços, com o objetivo de evitar bitributação, procedimento que não foi realizado. Contudo, após análise dos argumentos fáticos e jurídicos apresentados, a 5ª Turma de Julgamento, por unanimidade de votos, julgou improcedente a impugnação, mantendo o crédito tributário exigido e intimando a empresa sobre a decisão. Conforme Silva; Santos; Theóphilo (2018), a bitributação ocorre quando há a incidência de tributo idêntico sobre a mesma base de cálculo, em duplicidade, prejudicando a previsibilidade financeira e a legalidade da cobrança.

No mérito, a discussão girou em torno da legalidade do lançamento do crédito tributário efetuado pelo fiscal, sendo que a empresa questionou a ocorrência do fato gerador e a responsabilidade tributária. A fiscalização presumiu a obrigatoriedade de retenção na fonte de contribuições sociais previdenciárias incidentes sobre serviços prestados por terceiros; no entanto, a empresa argumentou que as operações em questão não configurariam prestação de serviços, mas sim contratos de locação, o que não está sujeito à incidência tributária, segundo o ordenamento jurídico vigente (SEVILHA CONTABILIDADE, 2025).

O fato gerador das contribuições para a seguridade social está vinculado à prestação de serviços por pessoas jurídicas ou físicas à contratante, conforme previsto na legislação tributária (art. 195, inciso I, da Constituição Federal e legislações correlatas). A empresa argumentou que as atividades mencionadas no Auto de Infração estavam relacionadas à locação de bens móveis e não à prestação de serviços, o que descaracterizaria o fato gerador e, consequentemente, a obrigação tributária. Assim, a empresa defendeu que, sendo a locação um contrato que não envolve prestação de serviços, não haveria base legal para o lançamento do tributo (Foco Tributário, 2025).

A fiscalização atribuiu à empresa a responsabilidade tributária de reter e recolher as contribuições devidas, nos moldes do artigo 31 da Lei nº 8.212/1991. No entanto, a empresa argumentou que essa obrigação deveria ser afastada, uma vez que o contrato firmado com os prestadores de serviços não configurava o fato gerador das contribuições. Além disso, a empresa salientou que a solidariedade tributária, quando aplicada, não pode gerar bitributação ou

onerar indevidamente o contribuinte, considerando que caberia à fiscalização verificar se as empresas prestadoras de serviços já haviam recolhido as contribuições devidas (IBEPC, 2025).

Quanto ao lançamento, a empresa contestou sua validade, alegando que o fiscal não teria realizado uma análise adequada das operações, principalmente no que tange à verificação do recolhimento das contribuições pelas empresas prestadoras. A ausência desse procedimento poderia resultar em bitributação, uma vez que os valores já recolhidos pelas contratadas poderiam ser cobrados novamente da contratante. Essa prática, além de ilegal, fere o princípio da capacidade contributiva e os limites da tributação previstos na legislação (SILVA; SANTOS; THEÓPHILO, 2018).

Outro ponto fundamental levantado pela empresa foi a natureza do contrato firmado, que, segundo seus argumentos, se tratava de locação de bens móveis e não de prestação de serviços. A locação de bens móveis não configura fato gerador de contribuições previdenciárias, de acordo com o entendimento consolidado em jurisprudências e no âmbito administrativo. Assim, o enquadramento equivocado das operações pela fiscalização comprometeria a legalidade do lançamento tributário (ARANDAS, 2023).

Diante dessas alegações, a 5ª Turma de Julgamento considerou improcedente a impugnação, mantendo o lançamento tributário. No entanto, do ponto de vista jurídico, cabe destacar a importância de uma análise mais aprofundada das alegações da empresa, especialmente quanto à natureza das operações (locação ou prestação de serviços) e à verificação de possíveis recolhimentos anteriores pelas empresas prestadoras. A correta identificação do fato gerador e a observância dos limites legais da responsabilidade tributária são essenciais para evitar cobranças indevidas e preservar a justiça tributária.

Na época dos fatos analisados, a empresa não possuía controles internos estruturados, o que comprometia a eficácia na conferência dos documentos fiscais. Esse processo era realizado apenas por amostragem, sem uma análise detalhada da legislação tributária federal aplicável, especialmente quanto à obrigatoriedade de retenções tributárias. Essa abordagem fragilizou o cumprimento das obrigações acessórias, uma vez que não havia um procedimento padrão para identificar e atender às exigências legais, como as relacionadas à retenção do INSS em determinados serviços tomados (SILVA; SANTOS; THEÓPHILO, 2018).

Outro aspecto relevante é que, naquela época, as notas fiscais de serviço não apresentavam informações detalhadas, como o código de tributação conforme a Lei Complementar nº 116/2003, que atualmente é obrigatório em todas as Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas (NFSe). A ausência desse dado dificultava a análise tributária pelos responsáveis e contribuía para a pressuposição de que o recolhimento dos tributos incidentes era realizado pelo

fornecedor. Essa fragilidade no processo levou à autuação da empresa e à aplicação da multa fiscal correspondente.

O Auto de Infração analisado decorreu da ausência de retenção e recolhimento da contribuição previdenciária (INSS), tributo de competência federal que, por força da legislação vigente, deve ser retido na fonte em determinados tipos de prestação de serviços. A falha no cumprimento dessa obrigação tributária resultou na aplicação de penalidades previstas em lei, expondo a empresa a custos financeiros e riscos reputacionais significativos.

Assim, este estudo enfatiza a importância de controles internos como ferramenta essencial para mitigar infrações fiscais e suas consequências, como autuações e multas. O aprimoramento dos controles internos visa garantir que as obrigações tributárias sejam cumpridas de forma tempestiva e correta, minimizando riscos e otimizando os processos financeiros. Segundo Arandas (2023), um sistema de *compliance* tributário estruturado reduz significativamente a litigiosidade fiscal e promove maior segurança jurídica às empresas.

Tabela 1 - Resumo de lançamentos

Serviço	Quantidade	Total Valor	Média Retenção
Terraplanagem	92	R\$ 3.011.532,73	11%
Manutenção de Equipamentos	111	R\$ 2.559.205,47	11%
Construção Civil	74	R\$ 2.344.731,30	11%
Serviços c/ Equip.	46	R\$ 697.222,31	11%
Drenagem e Capina	44	R\$ 258.261,49	11%
Transporte de Pessoas	24	R\$ 31.047,46	11%
Pintura	5	R\$ 10.330,00	11%
Preparação de Alimentos	2	R\$ 8.017,47	11%
Treinamento	1	R\$ 2.080,00	11%

Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

A Tabela 1 apresenta um panorama detalhado dos lançamentos de serviços, evidenciando a quantidade de notas fiscais emitidas, o montante total dos serviços contratados e a média de retenção aplicada. Esses dados são essenciais para avaliar a conformidade tributária da empresa e identificar eventuais inconsistências nos recolhimentos efetuados. A retenção de tributos na fonte, é uma prática consolidada para facilitar a arrecadação e minimizar a evasão fiscal (Melo, 2021). No entanto, a complexidade do sistema tributário brasileiro e as constantes alterações na legislação tornam a administração tributária desafiadora para as empresas, exigindo um controle rigoroso para evitar inconsistências nos valores recolhidos.

A antecipação da retenção tributária, embora necessária para garantir o cumprimento das obrigações fiscais, pode gerar impactos financeiros adversos caso não seja realizada corretamente. Equívocos na aplicação das alíquotas podem resultar tanto em recolhimentos a menor, sujeitos a multas e penalidades, quanto em recolhimentos excessivos, comprometendo o fluxo de caixa e exigindo processos burocráticos de restituição (DRESCH, 2022). A correta apuração das retenções é fundamental para assegurar que a empresa cumpra suas obrigações sem onerar desnecessariamente sua estrutura financeira. Assim, a análise dos lançamentos fiscais deve ser realizada com base em um sistema de controle interno robusto e atualizado.

A média de retenção demonstrada na Tabela 1 deve ser acompanhada periodicamente para assegurar a correta aplicação das alíquotas conforme a natureza do serviço prestado. Determinadas atividades possuem percentuais específicos de retenção, cuja aplicação inadequada pode acarretar riscos fiscais e impactos financeiros significativos (SILVA; SANTOS; THEÓPHILO, 2018). A administração tributária da empresa deve estar em conformidade com a legislação vigente, garantindo que os valores sejam retidos de acordo com as exigências normativas. A ausência desse controle pode comprometer a regularidade fiscal da organização e resultar em autuações por parte dos órgãos fiscalizadores.

A complexidade da legislação tributária exige da empresa um acompanhamento contínuo das alterações normativas que impactam diretamente os cálculos das retenções. As obrigações acessórias devem ser cumpridas de maneira rigorosa, evitando inconsistências que possam resultar em autuações fiscais ou na necessidade de retificações de recolhimentos já efetuados (LAVEZ, 2020). A interpretação equivocada das normas pode gerar recolhimentos indevidos e prejuízos à organização, tornando imprescindível a adoção de estratégias eficazes de *compliance* tributário. Nesse sentido, a gestão fiscal deve ser conduzida de forma técnica e estratégica, assegurando a correta retenção e recolhimento de tributos.

Tabela 2 - Retenção de tributos por empresa

Empresa	Total Valor	Média Base Cálculo	Média Retenção	Total Valor Devido
EMPRESA A	R\$ 338.504,96	100%	11%	R\$ 37.235,55
EMPRESA B	R\$ 439.118,81	35%	11%	R\$ 16.906,07
EMPRESA C	R\$ 109.319,41	100%	11%	R\$ 12.025,14
EMPRESA D	R\$ 88.000,00	100%	11%	R\$ 9.680,00
EMPRESA E	R\$ 200.000,00	35%	11%	R\$ 7.700,00
EMPRESA F	R\$ 63.590,00	100%	11%	R\$ 6.994,90
EMPRESA G	R\$ 55.553,25	100%	11%	R\$ 6.110,86
EMPRESA H	R\$ 49.469,84	100%	11%	R\$ 5.441,68
EMPRESA I	R\$ 41.560,00	100%	11%	R\$ 4.571,60
EMPRESA J	R\$ 105.400,00	35%	11%	R\$ 4.057,90
EMPRESA K	R\$ 26.000,00	100%	11%	R\$ 2.860,00
EMPRESA L	R\$ 15.715,69	100%	11%	R\$ 1.728,73
EMPRESA M	R\$ 15.500,00	100%	11%	R\$ 1.705,00
EMPRESA N	R\$ 83.306,62	15%	11%	R\$ 1.374,56
EMPRESA O	R\$ 80.070,00	15%	11%	R\$ 1.321,16
EMPRESA P	R\$ 52.408,90	15%	11%	R\$ 864,75
EMPRESA Q	R\$ 7.830,00	100%	11%	R\$ 861,30
EMPRESA R	R\$ 21.836,40	35%	11%	R\$ 840,70
EMPRESA S	R\$ 7.500,00	100%	11%	R\$ 825,00
EMPRESA T	R\$ 7.480,00	100%	11%	R\$ 822,80
EMPRESA U	R\$ 48.700,00	15%	11%	R\$ 803,55
EMPRESA V	R\$ 4.200,00	100%	11%	R\$ 462,00
EMPRESA W	R\$ 2.476,16	100%	11%	R\$ 272,38
EMPRESA X	R\$ 5.598,00	35%	11%	R\$ 215,52
EMPRESA Y	R\$ 5.065,00	35%	11%	R\$ 195,00
EMPRESA Z	R\$ 1.735,60	100%	11%	R\$ 190,92
EMPRESA AA	R\$ 10.000,00	15%	11%	R\$ 165,00
EMPRESA AB	R\$ 2.600,00	50%	11%	R\$ 143,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2025

A Tabela 2 apresenta uma análise detalhada da retenção de tributos por empresa, evidenciando o total de valores lançados, a média da base de cálculo utilizada para retenção e o montante total devido. Esses dados são fundamentais para compreender o impacto das obrigações tributárias nas finanças corporativas e avaliar a eficiência dos mecanismos de *compliance* adotados pelas organizações.

A retenção na fonte é um instrumento amplamente utilizado no sistema tributário brasileiro, visando à praticabilidade e à eficiência na arrecadação fiscal. Conforme destaca Faria (2013), o princípio da praticabilidade é central no debate sobre a validade da incidência do Imposto de Renda na Fonte, pois facilita o processo de arrecadação e minimiza a evasão fiscal. No entanto, a aplicação inadequada desse mecanismo pode gerar distorções financeiras significativas para as empresas.

Estudos de caso demonstram que atrasos no lançamento de notas fiscais e falhas nos processos de retenção automática de impostos podem acarretar prejuízos financeiros substanciais. Esses resultados ressaltam a importância de sistemas eficientes de controle e gestão tributária para evitar impactos negativos no fluxo de caixa corporativo.

Além disso, a falta de retenção adequada pode resultar em penalidades legais e fiscais. Fernandes (2016) argumenta que a ausência de correção monetária nas isenções de imposto de renda no mercado de capitais pode levar a questionamentos sobre a constitucionalidade da tributação, indicando a complexidade e os riscos associados ao manejo inadequado das obrigações tributárias. Portanto, é imperativo que as empresas adotem práticas robustas de *compliance* para assegurar a conformidade com a legislação vigente.

Tabela 3: Comparativo de Retenção por Tipo de Serviço

Serviço	Média Base Cálculo	Média Retenção	Total Valor Devido
Construção Civil	R\$ 29.106,00	11%	R\$ 236.922,84
Manutenção de Equipamentos	R\$ 23.055,91	11%	R\$ 281.512,60
Serviços c/ Equip.	R\$ 9.462,80	11%	R\$ 47.881,78
Terraplanagem	R\$ 5.864,71	11%	R\$ 59.350,90
Preparação de Alimentos	R\$ 4.008,74	11%	R\$ 881,92
Drenagem e Capina	R\$ 2.934,79	11%	R\$ 14.204,38
Treinamento	R\$ 2.080,00	11%	R\$ 228,80
Pintura	R\$ 2.066,00	11%	R\$ 1.136,30
Transporte de Pessoas	R\$ 1.293,64	11%	R\$ 3.415,22

Fonte: Elaborada pelo autor, 2025

A Tabela 3 oferece uma análise comparativa da retenção de tributos por diferentes tipos de serviços, destacando a média da base de cálculo, a taxa média de retenção aplicada e o total do valor devido. Esta análise é crucial para compreender como a natureza do serviço influencia a carga tributária suportada pelas empresas e para avaliar a eficácia das políticas fiscais vigentes.

No contexto brasileiro, a retenção na fonte é um mecanismo amplamente utilizado para assegurar a arrecadação de tributos e minimizar a evasão fiscal. Conforme destaca Mota (2011), a retenção na fonte de tributos e contribuições sociais nos contratos de prestação de serviços visa garantir o cumprimento das obrigações tributárias de forma mais eficiente. Entretanto, a aplicação das alíquotas de retenção varia significativamente conforme o tipo de serviço prestado, refletindo as especificidades de cada atividade econômica.

A análise da Tabela 3 revela que serviços como limpeza, conservação e manutenção estão sujeitos a alíquotas específicas de retenção, conforme previsto na legislação tributária. Por exemplo, o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incide sobre determinados serviços prestados por pessoas jurídicas, com alíquotas que podem variar de acordo com a natureza do serviço e o enquadramento fiscal da empresa prestadora (Mota, 2011). Essa variação nas alíquotas de retenção reflete a política fiscal de onerar de forma diferenciada os diversos setores econômicos, considerando suas particularidades e capacidades contributivas.

Além disso, é importante considerar que a complexidade do sistema tributário brasileiro e as frequentes alterações na legislação podem dificultar o correto cumprimento das obrigações tributárias pelas empresas. A falta de conhecimento ou a interpretação equivocada das normas podem resultar em recolhimentos indevidos ou insuficientes, acarretando penalidades e prejuízos financeiros. Portanto, é fundamental que as empresas se mantenham atualizadas e busquem orientação especializada para assegurar a conformidade tributária.

A retenção de tributos na fonte constitui um dos principais mecanismos utilizados pelo Estado para assegurar a arrecadação e minimizar a evasão fiscal. Esse modelo tributário, amplamente aplicado no Brasil, transfere ao tomador do serviço a responsabilidade pelo recolhimento antecipado de tributos devidos pelo prestador, garantindo maior eficiência na fiscalização e no controle das obrigações tributárias. No entanto, a complexidade do sistema tributário nacional impõe desafios às empresas na correta aplicação das alíquotas e no cumprimento das exigências normativas, tornando fundamental o desenvolvimento de políticas de *compliance* fiscal eficientes (MOTA, 2011).

A gestão tributária eficaz requer um acompanhamento constante das alterações na legislação e a implementação de controles internos rigorosos. A não observância das regras

aplicáveis pode acarretar autuações, multas e custos administrativos significativos para a regularização de possíveis inconsistências. Fernandes (2016) destaca que a dificuldade de interpretação das normas tributárias leva a uma elevada taxa de litígios fiscais no Brasil, muitas vezes decorrentes da aplicação incorreta das regras de retenção na fonte. A necessidade de uma abordagem proativa na administração fiscal torna-se evidente, com a adoção de tecnologias e processos automatizados que reduzam a margem de erro na apuração dos tributos.

Além do impacto financeiro direto, a retenção na fonte influencia a gestão de fluxo de caixa das empresas, uma vez que determinados tributos são retidos no momento do pagamento dos serviços contratados. Em alguns casos, a falta de planejamento pode gerar um impacto negativo na liquidez da empresa, comprometendo sua capacidade de honrar compromissos operacionais e estratégicos (SILVA; SANTOS; THEÓPHILO, 2018). Dessa forma, a integração entre os setores contábil, financeiro e jurídico dentro das organizações se faz necessária para assegurar o correto recolhimento dos tributos e evitar retenções indevidas ou a menor.

A segmentação das atividades econômicas também influencia diretamente a carga tributária retida na fonte, variando conforme a natureza dos serviços prestados. Determinados setores são mais onerados devido às alíquotas aplicáveis, o que exige das empresas um planejamento fiscal detalhado para evitar impactos desproporcionais. Lavez (2020) argumenta que a retenção tributária deve ser analisada sob uma perspectiva estratégica, considerando suas implicações para a competitividade empresarial e a sustentabilidade financeira das organizações. Esse aspecto reforça a importância de capacitação contínua dos profissionais da área fiscal e contábil, garantindo que as retenções sejam aplicadas corretamente e em conformidade com o ordenamento jurídico.

O elevado nível de complexidade do sistema tributário brasileiro exige das empresas um compromisso constante com a conformidade e a governança tributária. A adoção de boas práticas de *compliance*, aliada a processos estruturados de auditoria e controle interno, contribui para a mitigação de riscos fiscais e para a previsibilidade das obrigações tributárias. Zuppani (2021) ressalta que a simplificação dos procedimentos de retenção e o investimento em tecnologia podem reduzir significativamente os custos de conformidade, proporcionando maior segurança jurídica e eficiência operacional às empresas. Dessa forma, um modelo de gestão fiscal bem estruturado não apenas assegura o cumprimento das obrigações legais, mas também possibilita uma administração mais estratégica e sustentável dos recursos financeiros.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo examinar quais foram as informalidades nos procedimentos de conferência com ênfase na retenção e recolhimento de tributos incidentes sobre serviços tomados. A investigação esteve diretamente vinculada à análise do Auto de Infração em estudo, buscando compreender de que maneira a inexistência de mecanismos de controle eficazes contribuiu para o descumprimento das obrigações fiscais. Dessa forma, a pesquisa procurou identificar os impactos da implementação de melhorias estruturais nos processos internos da empresa, visando prevenir a reincidência de falhas e minimizar os riscos de penalidades tributárias.

Os fatos observados nessa pesquisa permitiram corroborar a hipótese de que a ausência de um sistema estruturado de controles internos foi o principal fator determinante para a ocorrência de irregularidades fiscais. Antes da autuação, os procedimentos relacionados à retenção tributária eram conduzidos de forma descentralizada e sem alinhamento com as normativas vigentes, resultando na omissão de retenções obrigatórias e, conseqüentemente, na imposição de multas. Ademais, constatou-se que a carência de capacitação técnica e a inexistência de um setor dedicado à análise fiscal comprometeram a conferência das obrigações tributárias, evidenciando falhas no cumprimento da legislação aplicável.

A autuação fiscal funcionou como um marco para a reestruturação dos procedimentos internos da empresa, culminando na adoção de um fluxo de conferência mais rigoroso e na integração do setor de contabilidade fiscal ao processo de validação dos documentos fiscais. As principais alterações implementadas envolveram a análise minuciosa das notas fiscais, a verificação do correto destaque dos tributos retidos e a segregação de responsabilidades entre os setores envolvidos. Essas medidas não apenas reduziram substancialmente os riscos fiscais, mas também reforçaram os princípios de governança corporativa e *compliance* tributário, proporcionando maior segurança e previsibilidade à gestão financeira da organização.

Diante desses resultados, a pesquisa reafirma a importância dos controles internos como instrumentos essenciais para assegurar a conformidade tributária. A atuação de profissionais capacitados na análise documental e a implementação de procedimentos alinhados às exigências normativas representam estratégias fundamentais para mitigar riscos, evitar autuações e garantir a solidez financeira da empresa. Além disso, a consolidação de uma cultura organizacional voltada à conformidade fiscal contribui para a manutenção da credibilidade da empresa perante os órgãos fiscalizadores e o mercado.

Conclui-se, portanto, que a conformidade tributária transcende o cumprimento de obrigações legais, configurando-se como um elemento estratégico para a sustentabilidade empresarial. Em um ambiente regulatório caracterizado por constantes atualizações e elevado grau de complexidade, a adoção de controles internos eficazes não apenas previne sanções fiscais, mas também aprimora a eficiência operacional e fortalece a posição da empresa no mercado. Assim, ao transformar desafios fiscais em oportunidades de melhoria, a organização demonstrou que é possível aliar governança tributária à otimização de processos, consolidando-se como um modelo de gestão responsável e resiliente diante das exigências do cenário econômico e jurídico nacional.

Esta pesquisa teve como foco a análise da retenção nas NFSe em uma empresa específica do setor de mineração e construção civil, sendo seus resultados limitados à realidade dessa organização. Em outras empresas, os procedimentos internos e a legislação aplicável podem variar, o que impede a generalização dos achados. Para estudos futuros, recomenda-se a ampliação do escopo para incluir diferentes setores econômicos, além da investigação do impacto da automação na conferência fiscal. Outra abordagem relevante seria a análise da percepção dos profissionais contábeis sobre os desafios na retenção de tributos, contribuindo para melhorias nas práticas empresariais e na legislação tributária.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, C. **Curso de Direito Tributário & Financeiro**. 2ed. Lumen Juris, 2010.

DRESCH, L. **Compliance tributário: a percepção de profissionais que atuam em empresas de serviços contábeis ou na área fiscal de outras empresas, em dez municípios gaúchos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Caxias do Sul, 2022.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FARIA, R. V. **Natureza Jurídica da Retenção na Fonte do Imposto de Renda**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2013.

FARIA, R. V. **Natureza Jurídica da Retenção na Fonte do Imposto sobre a Renda**. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERNANDES, R. C. **Sistema Tributário e Desigualdade: O Impacto Distributivo do Imposto de Renda no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

LAVEZ, R. A. **A Retenção na Fonte na Importação de Serviços Técnicos: Questões não Resolvidas no Caso Copesul**. Revista Direito Tributário Atual, v. 45, p. 295-312, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial: Texto**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, N. F. **Contabilidade gerencial: a importância nas micro e pequenas empresas**. 2019.

MELO, F. A. A. **Retenção na fonte do Imposto de Renda e suas balizas constitucionais**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.

MOTA, M. C. C. **A retenção na fonte de tributos e contribuições sociais nos contratos de prestação de serviços - uma ênfase no imposto de renda retido na fonte**. Monografia de Especialização – Instituto Brasiliense de Direito Público, 2011.

NASCIMENTO, A. A. S *et al.* Retenção da Cofins nas Instituições Federais de Ensino Superior: reflexos na contabilidade das empresas tributadas pelo lucro real. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 5, p. 7566–7585, 2023.

OLIVEIRA, L. M. V. S. **Tributação do consumo na era digital: viabilidade da retenção em tempo real no contexto brasileiro**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Direito de São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, L. M. *et al.* **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, C. L.; MARTINS, M. A. M. **Contabilidade e Gestão para micro e pequenas empresas**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

RESEARCHGATE. Despesas Geradas por Gargalo Durante Retenção Automática de Imposto no Lançamento de Nota Fiscal: Estudo de Caso Realizado no Período de 2021 a 2023 em uma Empresa Situada em Ampére, Sudoeste do Paraná. **Revista Acadêmica Online**, 2023.

RIBEIRO, I. M. *et al.* A contabilidade gerencial como ferramenta de gerenciamento na tomada de decisões nas empresas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 07, ed. 06, vol. 06, p. 55-78, junho de 2022.

RIBEIRO, O. M.; PINTO, M. A. **Introdução à contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, D. S.; SANTOS, R. G.; THEÓPHILO, C. R. O Estado da Arte da Pesquisa em Custo de Conformidade Tributária no Brasil. **Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YOUNG, L. H. B. DIRF - 2011 – **Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte**. 1. ed. Juruá, 2010.

ZUPPANI, V. C. **A complexidade do sistema tributário brasileiro e seus impactos no desenvolvimento econômico**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

ALMEIDA, R. F; SILVA, L. F. Conformidade das Retenções Previdenciárias Sobre Serviços em uma Empresa de Minas Gerais. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 2, art. 5, p. p. 91-117, fev. 2026.

Contribuição dos Autores	R. F. Almeida	L. F. Silva
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X